

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO  
ALEGRE - TRENSURB

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2022

# EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

Demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2022

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais intermediários

Demonstrações do resultado intermediárias

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias

Demonstrações do valor adicionado intermediárias

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB  
Porto Alegre - RS

### Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Base para conclusão com ressalva

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, que não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não realizando procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Consequentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2022.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13 d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico "CPC 01 | NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados em 30 de junho de 2022, pelos montantes de R\$ 1.227.364.011 e R\$ 2.417.111, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, a análise elaborada pela Companhia não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável. Bem como não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficientes para concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de junho de 2022.

A provisão para contingências trabalhistas e cíveis da Companhia não atende aos critérios de reconhecimento de provisão conforme requerido pelo Pronunciamento Contábil CPC 25 | NBC TG 25 Parágrafo 14. Nessas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para avaliar adequadamente as estimativas e as divulgações da Companhia relativas à provisão para contingências trabalhistas e cíveis, conforme requerido pela NBC TA 540 - Auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos quanto a razoabilidade das divulgações na Nota Explicativa nº 18 relativas ao saldo de provisões para contingências trabalhistas e cíveis, bem como não podemos concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de junho de 2022.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão das demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).

## Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em decorrência da mudança de política contábil relativa ao reconhecimento de atualização dos adiantamentos para futuros aumentos de capital, os valores correspondentes, relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo rerepresentados como previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## Outros assuntos

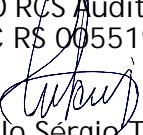
### Demonstração do Valor Adicionado intermediária

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado intermediária (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A Demonstração do Valor Adicionado intermediária foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 | NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 | NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de maneira consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC RS 005519/F 0

  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - RS

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
**(Valores expressos em Reais)**

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	NOTA	30/06/2022		NOTA	30/06/2022		
		31/12/2021			31/12/2021		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	158.530.214	138.710.125	Fornecedores	14	16.470.564	18.586.169
Créditos a receber	5	2.119.563	3.307.500	Impostos e taxas a recolher		375.770	290.081
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	11.464.274	4.465.845	Contribuições sociais a recolher		3.246.150	3.493.424
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	6.218.886	3.046.977	Obrigações trabalhistas	15	22.475.119	16.055.328
Direitos a receber	8	194.440	173.465	Adiantamento de Clientes	16	1.495.601	1.395.660
Impostos a recuperar		1.094	1.094	Credores por convênios	17	1.221.406	724.662
Estoques	9	17.108.216	17.463.927	Credores por depósitos		93.482	93.482
Despesas do exercício seguinte		236.604	327.684	Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	191.802	454.248
		<b>195.873.289</b>	<b>167.496.616</b>			<b>45.569.895</b>	<b>41.093.054</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Realizável a longo prazo				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Provisão para contingências trabalhistas	18a	104.000.976	94.686.124
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	10	50.732.255	55.079.118	Provisão para contingências cíveis	18b	19.883.904	17.194.283
Débitos de empregados	7	169.064	169.064	Provisão IR/CS diferido	12c	15.664.627	16.231.047
Penhora s/ receita própria	11	454.308	461.127	Adiantamentos para aumento de capital	20a	4.110.539	2.137.418
		<b>51.356.302</b>	<b>55.709.984</b>	Obrigações Trabalhistas	15	686.688	686.688
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	2.616.626	2.616.626
Imobilizado	12	1.227.364.011	1.249.048.154			<b>146.963.360</b>	<b>133.552.186</b>
Intangível	13	2.417.111	2.225.457	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>1.229.803.818</b>	<b>1.251.296.306</b>	Capital social	19a	2.014.563.144	2.014.563.144
		<b>1.281.160.120</b>	<b>1.307.006.290</b>	Adiantamentos para aumento de capital	20a	85.043.590	78.116.397
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.477.033.409</b>	<b>1.474.502.907</b>	Ajuste avaliação patrimonial	12c	30.407.576	31.507.098
				Prejuízos acumulados	19b	(845.514.155)	(824.328.973)
						<b>1.284.500.155</b>	<b>1.299.857.666</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.477.033.409</b>	<b>1.474.502.907</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**
**(Valores expressos em Reais)**

	<b>NOTA</b>	<b>01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>01/01/2022 à 30/06/2021</b>	<b>01/04/2021 à 30/06/2021</b>
<b>RECEITA BRUTA</b>					
Serviço de Transporte Metroviário		62.281.149	33.682.020	42.470.090	22.175.938
Aluguéis, arrendamentos e concessões		1.213.403	649.228	1.269.257	669.475
		<b>63.494.551</b>	<b>34.331.248</b>	<b>43.739.346</b>	<b>22.845.413</b>
<b>Tributos sobre a receita bruta e devolução vendas</b>		(112.239)	(60.053)	(117.406)	(61.926)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>21</b>	<b>63.382.312</b>	<b>34.271.194</b>	<b>43.621.940</b>	<b>22.783.486</b>
Custo dos serviços prestados	<b>22</b>	(127.012.740)	(67.000.389)	(124.875.200)	(61.052.865)
		<b>(63.630.428)</b>	<b>(32.729.195)</b>	<b>(81.253.260)</b>	<b>(38.269.379)</b>
<b>PREJUIZO BRUTO</b>					
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	23	(40.069.055)	(21.153.226)	(38.358.529)	(19.675.778)
Outras receitas e despesas		(23.924.579)	(5.709.378)	(126.932)	(2.590.195)
Condenações Trabalhistas		(4.429.217)	(1.283.867)	(2.139.916)	(1.814.393)
Provisão/reversão ações trabalhistas	18a	(16.927.106)	(4.053.738)	2.035.870	(742.924)
Provisão/reversão ações cíveis	18b	(2.752.284)	(439.224)	(249.929)	(190.347)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		184.028	67.451	227.043	157.469
		<b>(63.993.634)</b>	<b>(26.862.603)</b>	<b>(38.485.461)</b>	<b>(22.265.973)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(127.624.062)</b>	<b>(59.591.798)</b>	<b>(119.738.721)</b>	<b>(60.535.352)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<b>7.507.480</b>	<b>4.201.378</b>	<b>5.972.405</b>	<b>2.666.630</b>
Receitas financeiras		9.512.046	5.305.851	6.433.780	2.951.398
Despesas financeiras		(2.004.566)	(1.104.473)	(461.375)	(284.769)
<b>SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL</b>	20b	<b>97.265.459</b>	<b>49.846.288</b>	<b>46.888.297</b>	<b>35.331.754</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(22.851.123)</b>	<b>(5.544.133)</b>	<b>(66.878.019)</b>	<b>(22.536.968)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(22.851.123)</b>	<b>(5.544.133)</b>	<b>(66.878.019)</b>	<b>(22.536.968)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO</b>	24	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(22.851.123)</b>	<b>(5.544.133)</b>	<b>(66.878.019)</b>	<b>(22.536.968)</b>
Lucro por ação do capital social		<b>-0,0024</b>	<b>-0,0006</b>	<b>-0,0070</b>	<b>-0,0024</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	01/01/2022 à 30/06/2022	01/04/2022 à 30/06/2022	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(22.851.123)</b>	<b>(5.544.133)</b>	<b>(22.536.968)</b>	<b>(66.878.019)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(22.851.123)</b>	<b>(5.544.133)</b>	<b>(22.536.968)</b>	<b>(66.878.019)</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em Reais)

	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>ADIANTEAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE</b>	<b>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>67.429.571</b>	<b>33.706.141</b>	<b>(754.281.813)</b>	<b>1.361.417.043</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.917.377	-	-	<b>4.917.377</b>
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	<b>(1.099.521)</b>	<b>(65.212.078)</b>	<b>(66.311.599)</b>
Resultado do exercício	-	-	-	<b>(66.878.019)</b>	<b>(66.878.019)</b>
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	<b>(1.099.521)</b>	<b>1.665.941</b>	<b>566.420</b>
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	<b>(1.665.941)</b>	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	566.420	-	566.420
<b>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>72.346.948</b>	<b>32.606.620</b>	<b>(819.493.891)</b>	<b>1.300.022.821</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>78.116.397</b>	<b>31.507.097</b>	<b>(824.328.974)</b>	<b>1.299.857.666</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.927.193	-	-	6.927.193
Total dos resultados abrangentes	-	-	<b>(1.099.521)</b>	<b>(21.185.182)</b>	<b>(22.284.703)</b>
Resultado do exercício	-	-	-	<b>(22.851.123)</b>	<b>(22.851.123)</b>
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	<b>(1.099.521)</b>	<b>1.665.941</b>	<b>566.420</b>
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	<b>(1.665.941)</b>	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	566.420	-	566.420
<b>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>85.043.590</b>	<b>30.407.576</b>	<b>(845.514.156)</b>	<b>1.284.500.155</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**  
**(Valores expressos em Reais)**

	NOTA	30/06/2022	30/06/2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(22.851.123)</b>	<b>(66.878.019)</b>
<b>AJUSTADO POR:</b>			
Depreciação e Amortização		24.476.677	25.845.234
Baixa de bens do ativo imobilizado		1.034.983	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	1.973.121	445.172
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	19.679.390	(1.785.941)
		<b>24.313.048</b>	<b>(42.373.554)</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS</b>			
Créditos pela venda de serviços		1.187.937	(251.206)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(6.998.429)	(2.257.338)
Estoques		355.710	533.292
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		4.353.682	(9.795.899)
Demais contas de Ativo		(3.101.804)	(2.478.397)
		<b>(4.202.903)</b>	<b>(14.249.546)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>			
Fornecedores		(2.115.605)	7.889.442
Impostos e taxas a recolher		97.371	(164.996)
Contribuições sociais a recolher		(258.956)	184.371
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		6.420.882	3.866.907
Credores por convênios e depósitos		189.190	(1.686.744)
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		143.958	(152.533)
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(7.674.917)	(500.768)
		<b>(3.198.077)</b>	<b>9.435.677</b>
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais</b>		<b>16.912.068</b>	<b>(47.187.423)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(4.019.172)	(3.186.201)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(4.019.172)</b>	<b>(3.186.201)</b>
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	6.927.193	4.917.377
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>		<b>6.927.193</b>	<b>4.917.377</b>
<b>REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	4	<b>19.820.089</b>	<b>(45.456.247)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		138.710.125	172.972.671
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		158.530.214	127.516.424

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**  
**(Valores expressos em Reais)**

	<b>NOTA</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
Receita de prestação de serviços		62.281.149	42.470.090
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		1.213.403	1.269.257
Outras receitas e despesas (líquidas)		184.028	227.043
Provisões trabalhistas e cíveis		<u>(19.679.390)</u>	<u>1.785.941</u>
		<b>43.999.190</b>	<b>48.479.294</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Materiais consumidos		(3.951.632)	(2.327.863)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		<u>(45.152.243)</u>	<u>(49.744.445)</u>
		<b>(49.103.875)</b>	<b>(52.072.308)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>(5.104.686)</b>	<b>(6.319.978)</b>
Depreciação e amortização		<u>(25.479.910)</u>	<u>(25.845.234)</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>(30.584.595)</b>	<b>(32.165.212)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas de Subvenções		97.265.459	46.888.297
Receitas financeiras		9.512.046	6.433.780
		<b>106.777.505</b>	<b>53.322.077</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>76.192.910</b>	<b>21.156.866</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>76.192.910</b>	<b>21.156.866</b>
<b>Pessoal e encargos</b>			
Remuneração direta		69.239.996	62.691.529
Benefícios		12.155.065	11.791.854
FGTS		5.634.405	5.012.777
		<b>87.029.466</b>	<b>79.496.159</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		8.768.718	6.973.558
Estaduais		15.290	17.179
Municipais		53.717	77.051
		<b>8.837.725</b>	<b>7.067.788</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		31.446	16.204
Aluguéis		<u>1.172.276</u>	<u>1.009.562</u>
		<b>1.203.722</b>	<b>1.025.767</b>
<b>Juros sobre adiantamento de capital</b>		<b>1.973.121</b>	<b>445.172</b>
<b>Lucro líquido do exercício retido</b>		<u>(22.851.123)</u>	<u>(66.878.019)</u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

## **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB**

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

#### **PARA OS PERÍODOS DE 3 E 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

#### **2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

##### **2.1 Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de 3 e 6 meses findo em 30 de junho de 2022, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

##### **2.2 Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 26 de Maio de 2023.

#### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

### **a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

### **b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "*impairment*" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 25) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

### **c) Impairment de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2022 e 2021, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

### **d) CPC 48 Instrumentos Financeiros**

#### **Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

## **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

### **Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pago (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

### **Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a)..

### **Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

### **Impairment de ativos financeiros**

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

### **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **e) Caixa e equivalentes de caixa**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

#### **f) Estoques**

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### **g) Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

#### **h) Intangível**

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

#### **i) Provisão para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

**j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

**k) Reconhecimento de receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

**I) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## **Impostos correntes**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

## **Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## **4. REAPRESENTAÇÃO**

- a) A Companhia realizou a regularização da atualização do aumento de capital homologado através da Assembleia Geral Extraordinária de 20/12/2022, no seu patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir. O valor regularizado foi baseado em parecer do ministério da economia e voto da União para o referido aumento de capital, no qual foi considerado atualização dos valores recebidos de adiantamento para futuro aumento de capital até a sua aprovação e não até sua homologação, conforme ocorreu em processos anteriores. Os impactos dessa regularização estão apresentados na coluna “Reclassificações” no balanço patrimonial, demonstração de mutações do patrimônio líquido e Demonstração do Resultado do exercício, para fins de comparação, contidos nessa nota. Observando as disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).

## **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	<b>ATIVO</b>		
	2021	Ajustes/ Reclassif.	2021
	Originalmente apresentado		Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>167.496.617</b>	-	<b>167.496.617</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo	55.709.984	-	55.709.984
Imobilizado, Intangível e Investimentos	1.251.296.306	-	1.251.296.306
	<b>1.307.006.290</b>		<b>1.307.006.290</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.474.502.907</b>	-	<b>1.474.502.907</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	2021		2021
	Originalmente apresentado	Ajustes/ Reclassif.	Reapresentado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>41.093.054</b>	-	<b>41.093.054</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>133.552.186</b>	-	<b>133.552.186</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	78.116.397	(21.353.049)	56.763.348
Prejuízos acumulados	(824.328.973)	21.353.049	(802.975.924)
Outros	2.046.070.243		2.046.070.243
	<b>1.299.857.666</b>		<b>1.299.857.666</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -</b>	<b>1.474.502.906</b>	-	<b>1.474.502.906</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	<u>30/06/2021</u> <u>ORIGINALMENTE</u> <u>APRESENTADO</u>	Ajustes/ Reclass.	<u>30/06/2021</u> <u>REAPRESENTADO</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>			
Custo dos serviços prestados	43.621.940 (124.875.200)		43.621.940 (124.875.200)
<b>PREJUIZO BRUTO</b>	<b>(81.253.260)</b>		<b>(81.253.260)</b>
Despesas operacionais	(38.485.461)		(38.485.461)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(119.738.721)</b>		<b>(119.738.721)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>	<b>5.972.405</b>		<b>6.417.577</b>
Receitas financeiras	6.433.780		6.433.780
Despesas financeiras	(461.375)	445.172	(16.204)
<b>SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>46.888.297</b>		<b>46.888.297</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(66.878.019)</b>	445.172	<b>(66.432.847)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(66.878.019)</b>	<b>445.172</b>	<b>(66.432.847)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTEAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>46.076.522</b>	<b>33.706.141</b>	<b>(732.928.764)</b>	<b>1.361.417.043</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.917.377	-	-	4.917.377
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.099.521)	(64.766.906)	(65.866.427)
Resultado do exercício	-	-	-	(66.432.847)	(66.432.847)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.099.521)	1.665.941	566.420
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(1.665.941)	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	566.420	-	566.420
<b>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 REAPRESENTADO</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>50.993.899</b>	<b>32.606.620</b>	<b>(797.695.671)</b>	<b>1.300.467.993</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>56.763.348</b>	<b>31.507.097</b>	<b>(802.975.925)</b>	<b>1.299.857.666</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.927.193	-	-	6.927.193
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.099.521)	(21.185.182)	(22.284.703)
Resultado do exercício	-	-	-	(22.851.123)	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.099.521)	1.665.941	566.420
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(1.665.941)	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	566.420	-	566.420
<b>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>63.690.541</b>	<b>30.407.576</b>	<b>(824.161.107)</b>	<b>1.284.500.155</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa	22.100	20.200
Valores em trânsito	979.164	783.578
Aplicações de liquidez imediata	<u>157.528.950</u>	<u>137.906.347</u>
	<b><u>158.530.214</u></b>	<b><u>138.710.125</u></b>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 8.687.292 (R\$ 5.734.343 em 30/06/2021).

## 6. CRÉDITOS A RECEBER

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	608.626	1.646.882
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.808.895	1.958.576
(-) Provisão para risco de crédito	<u>(297.958)</u>	<u>(297.958)</u>
	<b><u>2.119.563</u></b>	<b><u>3.307.500</u></b>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	297.958	
(+) Provisão	-	
(-) Reversão	-	
(-) Recebimento	-	
<b>Saldo no final do período</b>	<b>297.958</b>	

## 7. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

## 8. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	<b>30/06/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Adiantamento de férias	2.019.307	-	2.874.793	-
Adiantamento de 13º	3.960.202	-		
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	145.981	-	106.854	-
Plano de Saúde (b)	84.310	169.064	51.129	169.064
Débitos de empregados	9.086	-	14.201	-
	<b><u>6.218.886</u></b>	<b><u>169.064</u></b>	<b><u>3.046.977</u></b>	<b><u>169.064</u></b>

### **a) Adiantamento por insuficiência de saldo**

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 30 de junho de 2022 a provisão é no montante de R\$ 45.636 (R\$ 45.636 em 31 de dezembro de 2021). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito.

Saldo Inicial	106.854
Pagamentos	863.220
Recebimentos	(824.093)
Provisão	-
<b>Saldo Final</b>	<b>145.981</b>

### **b) Plano de Saúde**

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 10.007 (R\$ 10.007 em 31/12/2021), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

## **9. DIREITOS A RECEBER**

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Convênio Pessoal Cedido	17.412	15.577
Depósitos e Cauções/Outros devedores	51.905	32.765
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
<b>194.440</b>	<b>194.440</b>	<b>173.465</b>

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trengurb na qualidade de substituta tributária. A Trengurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

## **10. ESTOQUES**

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Material de TUES e Veículos	10.153.140	11.147.870
Material da Via Permanente	2.371.375	2.418.634
Sistemas operacionais	4.108.763	3.460.370
Peças e Acessórios de Equipamentos	67.704	70.194
Materiais de expediente e administrativos	718.602	678.227
Ajuste de Inventário Físico	(311.368)	(311.368)
<b>17.108.216</b>	<b>17.108.216</b>	<b>17.463.927</b>

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Depósitos Judiciais Cíveis	26.025	8.479
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias a Juízo	50.500.998	54.865.407
Processos Judiciais - Rec. Próprios	205.232	205.232
	<b>50.732.255</b>	<b>55.079.118</b>

## 12. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 454.308 (R\$ 461.127 em 31/12/2021) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

## 13. IMOBILIZADO

### a) Composição do saldo

<b>Contas</b>	<b>Vida Útil (anos)</b>	<b>30/06/2022</b>			<b>31/12/2021</b>
		<b>Custo Corrigido</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25	263.975.592	(81.022.688)	182.952.904	185.744.199
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(76.719.604)	90.314.710	91.960.034
Via permanente	33,33	604.946.676	(148.531.268)	456.415.409	462.548.756
Sistemas operacionais	11,11	324.484.021	(162.217.230)	162.266.790	169.009.666
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	368.622.487	(142.899.606)	225.722.882	230.119.626
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(894.311)	784.677	846.612
Equip. processamento de dados	4,55	6.472.040	(4.700.963)	1.771.077	1.003.168
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	61.345.028	(50.181.239)	11.163.789	12.628.004
Instalações	9,09	29.787.536	(13.820.601)	15.966.935	17.038.940
Móveis e utensílios	10	10.507.413	(7.563.229)	2.944.184	3.073.723
Benefitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.291.060)	3.794.566	3.959.873
Imobilizado em andamento	-	17.362.440	-	17.362.440	15.211.905
Almoxarifado de bens imobilizados	-	9.993.832	-	9.993.832	9.993.832
		<b>1.926.205.809</b>	<b>(698.841.798)</b>	<b>1.227.364.011</b>	<b>1.249.048.154</b>

### b) Movimentação do Imobilizado

<b>CUSTO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>30/06/2022</b>
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	263.975.592	-	-	-	263.975.592
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	324.518.076	-	(34.055)	-	324.484.021
Veículos ferroviários/aeromóvel	368.622.487	-	-	-	368.622.487
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	6.198.842	1.044.059	(770.861)	-	6.472.040
Equip., máquinas e instrumentos	61.147.529	225.616	(28.117)	-	61.345.028
Instalações	29.788.519	-	(983)	-	29.787.536
Móveis e utensílios	10.482.490	210.370	(185.447)	-	10.507.413
Benefitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em andamento	15.211.905	2.150.535	-	-	17.362.440
Almoxarifado de bens imobilizados	9.993.832	-	-	-	9.993.832
<b>TOTAL CUSTO</b>	<b>1.923.594.692</b>	<b>3.630.580</b>	<b>(1.019.463)</b>	-	<b>1.926.205.809</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>30/06/2022</b>
Edificações, estações e depósitos	(78.231.394)	(2.791.295)	-	-	(81.022.688)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(75.074.280)	(1.645.324)	-	-	(76.719.604)
Via permanente	(142.397.920)	(6.133.348)	-	-	(148.531.268)
Sistemas operacionais	(155.508.411)	(6.723.786)	14.966	-	(162.217.230)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(138.502.861)	(4.396.744)	-	-	(142.899.606)
Veículos rodoviários	(832.376)	(61.935)	-	-	(894.311)
Equip. processamento de dados	(5.195.673)	(275.988)	770.861	-	(4.700.963)
Equip., máquinas e instrumentos	(48.519.525)	(1.682.915)	21.201	-	(50.181.239)
Instalações	(12.749.580)	(1.072.004)	983	-	(13.820.601)
Móveis e utensílios	(7.408.767)	(334.327)	179.865	-	(7.563.229)
Benefitorias em bens de terceiros	(10.125.753)	(165.307)	-	-	(10.291.060)
<b>TOTAL DEPRECIAÇÃO</b>	<b>(674.546.538)</b>	<b>(25.282.972)</b>	<b>987.713</b>	-	<b>(698.841.798)</b>
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>1.249.048.154</b>	<b>(21.652.392)</b>	<b>(31.751)</b>	-	<b>1.227.364.011</b>

- c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de 3 e 6 meses findo em 30 de junho de 2022 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 1.665.941 referente à depreciação e no valor de R\$ 566.420 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 30.407.577 (R\$ 31.507.098 em 31/12/2021) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 15.664.627 (R\$ 16.231.047 em 31/12/2021).

- d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 3 de março de 2022, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

	2021
Ativos Imobilizados (Líquido do Imobilizado em Andamento)	1.233.836.248
Ativos Intangíveis	2.225.457
<b>Total dos Ativos Componentes da UGC</b>	<b>1.236.061.705</b>
 <b>Valor Justo (*)</b>	 <b>1.548.764.305</b>
 Redução ao Valor recuperável	 -

(\*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

- e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 285.657.730 em 30 de junho de 2022.

## 14. INTANGÍVEL

- a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.
- b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
- c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.
- d) Composição do Intangível

Contas	Vida Útil (anos)	30/06/2022		31/12/2021	
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	13.107.233	(12.065.922)	1.041.311	849.657
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		<b>14.513.905</b>	<b>(12.096.794)</b>	<b>2.417.111</b>	<b>2.225.457</b>

### e) Movimentação do Intangível

	<b>31/12/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>30/06/2022</b>
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.734.161	388.592	(15.520)	-	13.107.233
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
<b>TOTAL CUSTO</b>	<b>14.140.833</b>	<b>388.592</b>	<b>(15.520)</b>	-	<b>14.513.905</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>30/06/2022</b>
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(11.884.504)	(196.938)	15.50	-	(12.065.922)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
<b>TOTAL AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(11.915.376)</b>	<b>(196.938)</b>	-	-	<b>(12.096.794)</b>
<b>INTANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>2.225.457</b>	<b>(191.654)</b>	-	-	<b>2.417.111</b>

## 15. FORNECEDORES

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Aquisições Trens	2.356.271	6.962.873
Sist. de energia e comun.	309.901	97.051
Prestação de serviços	4.814.345	2.490.748
Energia Elétrica	4.560.847	5.277.525
Gastos gerais	4.429.200	3.757.972
	<b>16.470.564</b>	<b>18.586.169</b>

## 16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<b>30/06/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Férias e Encargos	20.194.137	-	13.760.046	-
Promoção por Antiguidade a Pagar	2.249.569	686.688	2.249.569	686.688
Outras Obrigações Trabalhistas	31.413	-	45.713	-
	<b>22.475.119</b>	<b>686.688</b>	<b>16.055.328</b>	<b>686.688</b>

## 17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Credores p/ Venda Créditos	1.478.304	1.282.928
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	-	110.299
Adiantamento Clientes Comerciais	17.297	2.433
	<b>1.495.601</b>	<b>1.395.660</b>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

## 18. CREDORES POR CONVÊNIO

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Convênios Sesi/SENAI	100.189	65.275
Assistência Saúde	711.513	657.179
Credores Diversos	409.704	2.208
	<b>1.221.406</b>	<b>724.662</b>

## 19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

### a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 30 de junho de 2022, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 103.222.803 para ações de empregados e de R\$ 778.173 para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>Não Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Saldo no início do período	94.686.124	95.727.104
( + ) Provisão	16.927.106	15.415.357
( - ) Reversão	-	(7.640.779)
( - ) Pagamentos	(7.612.254)	(8.815.558)
Saldo no final do período	<b>104.000.976</b>	<b>94.686.124</b>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/06/2022 compõe-se de R\$ 9.473.098 (R\$ 7.206.770 em 31/12/2021).

### **b) Provisão para contingências cíveis**

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 e 6 meses findo em 30/06/2022 e no exercício findo em 31/12/2021 está composta como segue:

	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>Não Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Saldo no início do período	17.194.283	23.835.766
( + ) Provisões	2.752.284	319.123
( - ) Reversões	-	(6.732.618)
( - ) Pagamentos	(62.663)	(227.988)
Saldo no final do período	<b>19.883.904</b>	<b>17.194.283</b>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/06/2022 é de R\$ 23.171.277 (R\$ 21.668.993 em 31/12/2021). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

## **20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital Social**

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<b>Composição Acionária em</b>	<b>30/06/2022</b>		<b>31/12/2020</b>	
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
<b>Total</b>	<b>9.531.343.524</b>	<b>100,0000</b>	<b>9.531.343.524</b>	<b>100,0000</b>

### **b) Prejuízos acumulados**

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 845.514.155 (R\$ 824.328.973 em 31/12/2021).

## **21. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL**

### **a) Adiantamento para futuro aumento de capital**

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

O montante total de adiantamento para aumento de capital, soma o total de R\$ 89.154.128 (4.110.539 longo prazo e patrimônio líquido de R\$ 85.043.590). Desse montante, no exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para assembleia de Aumento de Capital no montante de R\$ 64.319.428, sendo R\$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31/12/2015 e 31/12/2016 e os encargos decorrentes pela atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R\$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 01/01/2017 a 31/03/2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas a ser apreciado na assembleia geral ordinária a ocorrer em agosto/2022.

### **b) Subvenção para Custeio**

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 e 6 meses findo em 30/06/2022 foi de R\$ 97.265.459 (R\$ 46.888.297 em 30/06/2021) composto a seguir:

<b>Subvenção</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
Pessoal	76.476.897	23.099.901
Sentença	7.406.609	11.733.566
Custeio	13.381.954	12.054.830
	<b>97.265.459</b>	<b>46.888.297</b>

### **c) Lei Orçamentária Anual - LOA**

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, nº 14.303 de 21 de janeiro de 2022. Os montantes fixados para a despesa da TRENDSURB para o exercício financeiro de 2022, conforme a LOA é de R\$ 275.254.113. Deste valor, R\$ 96.290.029 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 178.964.084 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	<b>LOA/2022</b>	<b>Recursos Próprios Fonte 150/180</b>	<b>Recursos Subvenção Fonte 100</b>
Pessoal	147.547.569	81.279.532	66.268.037
Sentença	26.100.000	-	26.100.000
Custeio	99.606.544	13.010.497	86.596.047
Investimento	2.000.000	2.000.000	-
	<b>275.254.113</b>	<b>96.290.029</b>	<b>178.964.084</b>

## 22. RECEITA LÍQUIDA

	<b>30/06/2022</b>	<b>01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>01/04/2021 à 30/06/2021</b>
<b>RECEITA BRUTA</b>				
Serviço de transporte metroviário	62.281.148	33.682.020	50.543.083	22.175.938
Aluguéis, arrendamentos e concessões	1.213.403	649.228	1.269.256	669.474
	<b>63.494.551</b>	<b>34.331.248</b>	<b>43.739.346</b>	<b>22.845.412</b>
Tributos sobre a receita bruta	(112.239)	(60.053)	(117.406)	(61.926)
	<b>(112.239)</b>	<b>(60.053)</b>	<b>(117.406)</b>	<b>(61.926)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>63.382.312</b>	<b>34.271.195</b>	<b>43.621.940</b>	<b>22.783.486</b>

## 23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<b>30/06/2022</b>	<b>01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>01/04/2021 à 30/06/2021</b>
Pessoal e Encargos	61.008.545	32.982.737	55.079.439	28.421.866
Serviços de Terceiros	20.886.673	11.193.119	19.463.728	9.641.638
Consumo de Materiais	2.399.165	760.375	2.091.450	705.564
Energia de Tracção	13.980.622	7.772.960	20.247.986	8.301.103
Serviços de Utilidade Pública	4.362.449	2.099.816	3.757.232	1.895.422
Depreciação	24.309.445	12.152.621	24.106.986	12.061.148
Outros Custos	65.841	38.761	128.379	26.125
	<b>127.012.740</b>	<b>67.000.389</b>	<b>124.875.200</b>	<b>61.052.865</b>

## 24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<b>30/06/2022</b>	<b>01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>01/04/2021 à 30/06/2021</b>
Pessoal e Encargos	29.583.472	15.281.460	28.775.857	14.692.251
Serviços de Terceiros	4.466.937	2.458.150	5.228.054	2.866.333
Consumo de Materiais	1.552.467	1.230.183	236.413	145.592
Serviços de Utilidade Pública	882.361	426.707	698.444	367.110
Depreciação/ Amortização	1.170.465	573.469	1.738.248	723.472
Outras Despesas	2.413.353	1.183.257	1.681.513	881.020
	<b>40.069.055</b>	<b>21.153.226</b>	<b>38.358.529</b>	<b>19.675.778</b>

## 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2021</b>
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(22.851.123)</b>	<b>(66.878.019)</b>	<b>(22.851.123)</b>	<b>(66.878.019)</b>
Adições / (Exclusões) permanentes	2.235.831	2.228.629	2.235.831	2.228.629
Adições / (Exclusões) temporárias	9.335.142	(7.467.546)	9.335.142	(7.467.546)
<b>Lucro Real</b>	<b>(11.280.150)</b>	<b>(72.116.936)</b>	<b>(11.280.150)</b>	<b>(72.116.936)</b>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	-	-	-	-
Aliquota - 9%	-	-	-	-
Aliquota - 10%	-	-	-	-
Aliquota - 15%	-	-	-	-
<b>Total Imposto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
<b>Total Imposto a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Valor do imposto pago no ano calendário	-	-	-	-

## **26. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS**

### **a) Descrição Geral do Plano**

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

### **b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial**

<b>Premissas Atuariais</b>	<b>2021</b>
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável

### **c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano**

<b>Ativos Líquidos</b>	<b>2021</b>
<b>Patrimônio - P</b>	<b>85.797.808</b>
<b>Passivos Atuariais (Valor Presente)</b>	
<b>Benefícios Concedidos – A</b>	<b>36.236.401</b>
<b>Benefícios a Conceder – B</b>	<b>52.690.163</b>
<b>Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3</b>	<b>(1.815.013)</b>
<b>Patrocinadora - C1</b>	<b>-</b>
<b>Participante - C2</b>	<b>-</b>
<b>Assistidos - C3</b>	<b>(1.815.013)</b>
<b>Total das Provisões - D = A + B + C</b>	<b>87.111.551</b>
<b>Fundos – E</b>	<b>2.756.712</b>
<b>Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E</b>	<b>(4.070.455)</b>
<b>Valor do Ajuste de Precificação = G</b>	<b>-</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G</b>	<b>(4.070.455)</b>

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,61% no ano, isso corresponde a 25% da meta atuarial de 2021 (INPC + 4,10%) que foi de 14,68%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “duration” do plano foi de 8,10 anos no encerramento de 2021.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2021, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 4.070.455. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.411.276, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R\$ 1.329.589 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 43 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

	<b>2021</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Déficit 2013/2014 em equacionamento	191.802	1.287.037
Déficit 2021 a equacionar	-	1.329.589
	<b>191.802</b>	<b>2.616.626</b>

#### **d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano) ] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018.

### **27. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS**

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Risco.

#### **a) Risco de Preços Tarifários**

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 285.657.730.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

## **28. SEGUROS**

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

## **29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no 1º semestre de 2022 e de 2021 foram como segue:

Parte Relacionada	Contrato	Valor contratual	Valores Pagos 1º semestre	Valores Pagos 1º semestre
			2022	2021
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	90.320
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	120.17/17-1	30.000	1.988	1.550
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-
<b>Total</b>		<b>2.030.000</b>	<b>1.988</b>	<b>91.870</b>

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	Valores pagos até	Valores pagos até
		30/06/2022	30/06/2021
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	15.959	15.959
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	-	15.959
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	24.976	24.976
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	15.959	15.959
Rafel Bicca Machado	Ministério da Economia	-	10.640
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	15.959	15.959
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	15.959	-
Danielle Santos de Souza Calazans	Ministério da Economia	5.856	-

## **30. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)**

A Administração da Companhia verificou que o ano de 2021 se caracterizou como um prolongamento de 2020, o ano de eclosão da pandemia da COVID19. Contrariamente às expectativas, tivemos novos surtos virais com as correspondentes medidas de controle sanitário. As restrições no comércio e atividades coletivas bem como a suspensão das atividades educacionais trouxeram reflexos no nosso sistema de transporte público.

Com relação à demanda de passageiros transportados, após uma década com volumes anuais da ordem de 50 milhões/passageiros/ano, enfrentamos 2020 com 24,3 milhões e, 2021, com 25,2 milhões, frustrando nossas previsões de superação.

## **31. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	38.004	24.759	27.696
Empregados	50.861	1.458	9.440

## **32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Companhia avaliou juntamente com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 foi homologado aumento de capital no montante de R\$ 45.103.798, através de 351.874.658 ações ordinárias nominativas, mediante assembleia geral extraordinária. Conforme exposto na nota explicativa nº 4, houve regularização das atualizações referentes ao aumento de capital incorporado na assembleia geral extraordinária ocorrida em 20/12/2022, de acordo com Voto da União e parecer SEI do Ministério da Economia devido mudança de da atualização dos recursos incorporados ao capital.

Em 27 de dezembro de 2022 houve pagamento de processo judicial nº 5010183-04-2014.04.7100 no montante de R\$ 14.594.714, sendo que desse valor havia provisão no montante R\$ 2.887.751, sendo registrado o valor de R\$ 11.706.962 como condenação cível.

Porto Alegre, 26 de maio de 2023.

---

**PEDRO DE SOUZA BISCH NETO**  
Diretor Presidente

---

**GERALDO LUIS FELIPPE**  
Diretor de Administração e Finanças

---

**NELSON LIDIO NUNES**  
Diretor de Operações

---

**JAIR BERNARDO CORREA**  
Gerência de Orçamento e Finanças

---

**TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA**  
Setor de Contabilidade e Patrimônio  
Contadora CRC/RS 090.987